

-----**ATA N.º 21/2014**-----

-----Aos 22 dias do mês de setembro de 2014, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Manuel António de Almeida Portugal;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Maria do Céu Neves Martins Louro. -----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Vereador Victor Martins Santos.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que o Senhor Vereador Victor Santos solicitou justificação de falta à presente reunião, por motivos profissionais já anteriormente assumidos, conforme requerimento datado de 19/9/2014, com registo de entrada n.º 8306. -----

-----Não havendo nada a opor, a mesma foi aceite, por unanimidade. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 27/8/2014**-----

-----Foi presente a ata n.º 18, da reunião ordinária do Executivo de 27/8/2014, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção do Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro, por não ter estado presente na referida reunião.**-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referindo-se à ata da última reunião de executivo, nomeadamente à intervenção do Senhor Vereador Manuel Portugal, onde refere que a prontidão dos fiscais municipais não se verifica para todas as situações existentes no concelho e construções ilegais em espaços próprios da Câmara Municipal, considera-a inadequada, uma vez que o Senhor Vereador é conhecedor desta realidade.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse ter toda a legitimidade para falar sobre estes assuntos, uma vez que as construções ilegais não se verificam apenas em espaços próprios da Câmara Municipal, mas também noutros locais. Disse que quando se desloca para a sua habitação, é degradante ver as condições em que estas pessoas vivem, acrescentando que o Gabinete de Ação Social deveria intervir. -----

-----Relativamente aos autos levantados pelo fiscal municipal que lhe foram entregues, referiu que após consulta, não consta dos mesmos o auto que diz respeito à construção ilegal da barraca localizada na curva, situação alertada por diversas vezes nestas reuniões. Pretendeu saber se efetivamente existiu, ou não, algum auto, uma vez que a Senhora Vereadora Maria do Céu Louro havia dito que já havia sido feito o levantamento da situação.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que o auto já havia sido levantado e que o mesmo será disponibilizado ao Senhor Vereador Manuel Portugal para conhecimento. No que concerne às pessoas de etnia cigana, disse que a autarquia não tem disponibilidade para as realojar, existindo

um processo a correr em Tribunal, que até à data não teve qualquer resolução. Considera, que de facto é uma situação preocupante, e que as entidades competentes na área da saúde pública deveriam atuar, no que diz respeito às condições de salubridade. Disse ainda, que gostaria de ter condições financeiras para solucionar esta problemática do concelho. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** fazendo referência aos terrenos onde está instalada a comunidade de etnia cigana, pretendeu saber quais os lotes, que pertencem à Câmara Municipal. -----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** esclareceu que este é um processo do BES que correu termos em Tribunal, do qual houve uma decisão, ou seja, não lhes foi reconhecido o direito de ali permanecerem, mesmo por usucapião, uma vez que a família mais antiga está no terreno há apenas 12 anos. Deu conhecimento de que a sentença é no sentido da demolição, através de uma ação executiva. -----

-----Relativamente às construções ilegais, a autarquia apenas pode atuar nas que estão localizadas em espaços da Câmara Municipal. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento das candidaturas ao mais Centro.-----

-----De seguida, deu conhecimento de que o Senhor Vereador Victor Santos havia enviado um *email*, com registo de entrada n.º 8306, datado de 19/9, requerendo a suspensão desta reunião, por ilegalidade na convocatória. Sobre este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que a reunião do dia 17/9/2014 iniciou-se e teve quórum

com quatro membros, sendo que, no decorrer do período de antes da ordem do dia deixou de haver quórum, pelo facto de dois elementos terem abandonado a reunião, mais concretamente, os Senhores Vereadores Victor Santos e Manuel Portugal. Foi convocada uma reunião no próprio dia (17/9), para o dia 22/9/2014, tendo sido cumpridos os prazos estabelecidos por Lei e nos termos do art.º 54.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9. Informou ainda, que a natureza da reunião do dia 22/9 é ordinária, dado que a anterior não teve continuidade por falta de quórum.-----

-----Disse também, que de acordo com o Estatuto dos Eleitos Locais, os eleitos locais, no exercício das suas funções estão vinculados ao cumprimento dos seguintes princípios: em matéria de funcionamento dos órgãos de que sejam titulares, participar nas reuniões ordinárias e extraordinárias dos órgãos autárquicos. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que na última reunião de Câmara o Senhor Presidente não estava presente, e a reunião foi conduzida pelo Vice-Presidente, a quem a Lei confere os poderes necessários para tal. Disse que a postura de cada membro deste Executivo é diferente na forma de atuar, ou seja, cada um tem a sua forma de conduzir reuniões. Considera uma falta de respeito por parte dos Senhores Vereadores o facto de terem abandonado a reunião. Quanto ao Senhor Vereador Victor Santos, efetivamente, houve uma troca de palavras, não tendo acontecido o mesmo com o Senhor Vereador Manuel Portugal, a não ser alguns comentários que fez relativamente ao último ato eleitoral, pelo que, não entende a saída deste Vereador da respetiva reunião. Continuou, frisando que, a forma de estar na política deste Executivo é completamente contrária à dos Senhores Vereadores da Oposição, senão, caso contrário, quem deveria ter abandonado a reunião era ele e a Senhora Vereadora Maria do Céu Louro, uma vez que foram acusados pelos Senhores Vereadores do PSD de engano, fraude, entre outras. Mas, se o tivessem feito, seriam acusados pelo PSD, de

incompetentes e como foram eleitos, devem cumprir com as suas obrigações. Disse que não estão num jardim-de-infância com birras por parte de algumas pessoas, mas sim num órgão de responsabilidade que merece todo o respeito. -----

-----Deu conhecimento de que foi efetuado um levantamento e constituído um *dossier* das matérias solicitadas nas últimas reuniões pelos Senhores Vereadores, tais como, os cartazes elaborados e deliberações de atribuição de subsídios; levantamento dos serviços prestados pelo Senhor José Pacheco ao Município e valores liquidados, bem como, forma de contratação; cópia do auto do fiscal municipal, que diz respeito à barraca que está localizada na curva, junto à casa do Senhor Vereador Manuel Portugal; listagem dos assistentes operacionais e equipa de obras (nome, local e funções) e análise do Regulamento da A25, assuntos que serão disponibilizados numa outra reunião, uma vez que o Senhor Vereador Victor Santos não está presente. -----

-----Relativamente ao Parque Industrial A25, assunto focado na reunião do dia 17/9 pela Eng.^a Delfina Fonseca, explicou que inicialmente a candidatura era constituída pelas seguintes componentes: estudo para avaliação dos aspetos socioeconómicos do Projeto, total de 10.587,50€ e executado 10.587,50€; Empreitada Infraestruturas, total de 884.000,28€ e executado 843.428,32€ e publicidade, total de 38.580,82€ e executado 38.580,82€. Deu conhecimento de que não foi contemplada na candidatura inicial a construção do reservatório de abastecimento de água ao Parque Industrial, por haver um compromisso entre a Câmara Municipal e as AdZC, do qual decorria a execução do reservatório e ETAR, por aquela entidade. -----

-----Ainda sobre a última reunião, disse que o Senhor Vereador Victor Santos quer monopolizar as reuniões de executivo, mas existem regras, que têm de ser cumpridas. Esclareceu que havia interrompido o Senhor Vereador Victor Santos para clarificar algumas situações relacionadas com o assunto do Parque Industrial A25, tendo o mesmo abandonando a

reunião, apelidando o Senhor Vice-Presidente da Câmara de incompetente e de não saber conduzir reuniões. Disse que a incompetência estaria do lado do Senhor Vereador uma vez que por duas vezes a população do concelho lhe demonstrou isso mesmo, pelo facto de ter perdido os dois atos eleitorais em que participou. Relembrou ainda que a “incompetência” teve a confiança dos munícipes em três mandatos e “para bom entendedor meia palavra basta”.-----

-----Elogiou o trabalho desenvolvido durante o mandato dos Senhores Vereadores Rui Correia e Hélder Bruno, que, enquanto Vereadores da Oposição, sempre tiveram uma atitude construtiva nas reuniões de Executivo, sem abandonarem as suas convicções e princípios, criticando quando deviam criticar ou votar contra, mas sempre com uma postura irrepreensível.-----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** disse que neste órgão colegial deve-se ter uma atitude pró-ativa. Relativamente aos ataques pessoais, disse que da sua parte não terão resposta e na sua opinião, quem está nestes lugares tem de ter poder de encaixe político e não alimentar este tipo de situações. Devem sim, trabalhar em prol do Concelho e dos munícipes.-----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Câmara** fez referência às comemorações dos 35 anos do SNS, dizendo que se formalizou, desta forma, o papel do Estado na salvaguarda do direito à proteção da saúde individual e coletiva e garantiu-se o acesso a cuidados de saúde a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica e social. Foi um projeto iniciado pelo Dr. António Arnaut e que apesar de todos os contratempos, foi tendo continuidade ao longo dos tempos.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** alertou para uma situação que diz respeito a esgotos a céu aberto. Pretendeu saber qual o ponto de

situação relativamente ao atraso no pagamento de salários dos funcionários da EMCEL. Questionou também se as bolsas de estudo já haviam sido atribuídas.-----

-----Em resposta, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** informou que os salários em atraso iriam ser regularizados. No que concerne às bolsas de estudo disse que neste momento, em termos de famílias, a situação é muito problemática. Solicitou que fizessem chegar à autarquia as situações excecionais de carência, que tenha sinalizado na escola, para serem analisadas e contempladas.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO - LIMPEZA DE PAREDES EXTERIORES DE UMA CASA DE HABITAÇÃO**-----

-----**Nome: António Jorge Cardoso do Nascimento**-----

-----Foi presente informação interna, da Secção de Obras Particulares, datada de 8/9/2014, dando conhecimento de que na sequência da informação técnica, datada de 8/8/2014, referente ao requerimento n.º 371, datado de 5/8/2014, cujo assunto se reporta à “Ocupação do Espaço Público – Limpeza de Paredes Exteriores de uma Casa de Habitação”, informa que por lapso onde se lê: “...*Face ao descrito proponho que se indefira o pedido...*”, deverá ler-se: “...*Face ao descrito proponho que se manifeste ao requerente a intensão de indeferimento do pedido...*”.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento da retificação.**-----

-----**1.1 ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO – RATIFICAÇÃO**-----

-----**Nome: Agostinho Ribeiro**-----

-----Foi presente requerimento n.º 457, datado de 10/9/2014, relativo ao processo n.º 11/2014/38, em nome de Agostinho Ribeiro, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Eira – Salgueirais, freguesia de União das Freguesias de Cortiço da Serra, Vide-Entre-Vinhas e Salgueirais, inscrito sob o artigo matricial n.º 671, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construída antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º, do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----Atendendo à informação do Fiscal Municipal, o mesmo foi construído antes de 1951, e atendendo à informação interna n.º 2489, de 10/9/2014, verifica-se a existência de um registo, para habitação sita nas Casas do Ribeiro. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita em 1990, e que se reporta a arrecadações e arrumos. -----

-----Sobre o assunto foi proferido despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara com o seguinte teor: “Deferido. A reunião de Câmara para ratificação”. -----

-----**A Câmara, nos termos da lei, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara.** -----

-----**2. SECÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO**-----

-----**ASSUNTO: 15.ª EDIÇÃO DO DIA EUROPEU SEM CARROS - PLANTA DE SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 202/2014, datada de 18/9/2014, com registo interno n.º 2598, referindo que pretendendo este Município, participar na “15.ª Edição do Dia Europeu Sem Carros”, no próximo dia 22/9/2014, entre as 14h e as 22h, com o encerramento da

Avenida da Corredoura e do Largo de Santa Eufêmea, entre o entroncamento da Rua Calouste Gulbenkian e o Largo da Corredoura, nesta Vila de Celorico da Beira, e em virtude da reunião de executivo do dia 17/9/2014, não ter tido continuidade por falta de quórum, não foi o assunto até à data objeto de aprovação. -----

-----Assim, face ao exposto, informa que, caso a autarquia ainda pretenda participar neste evento, deverá o mesmo ser aprovado antes do dia do evento, bem como, a planta de sinalização temporária, apresentada na informação técnica n.º 2474, datada de 8/9/2014, uma vez que, terão ainda os serviços administrativos que elaborar o aviso à população, dar conhecimento à GNR local, Bombeiros Voluntários e Centro de Saúde, a avisar com alguma antecedência do corte dos arruamentos ao trânsito. -----

-----Sobre o assunto foi proferido despacho do Senhor Presidente da Câmara com o seguinte teor: “Deferido. Aos Serviços Administrativos para proceder à elaboração do aviso. À reunião de executivo para ratificação”. ---

-----**A Câmara, nos termos da lei, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara.** -----

-----**2.1 ASSUNTO: APROVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PROIBIDO A VEÍCULOS PESADOS NA RUA DAS OLAIAS, EM LAGEOSA DO MONDEGO**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 163/2014, datada de 3/9/2014, com registo n.º 2427, referindo que tendo sido solicitado a indicação da sinalização de trânsito a colocar na Rua das Olaias, na localidade de Lageosa do Mondego, para proibir a circulação dos veículos longos de transportes internacionais dentro do Loteamento, informam, que para o efeito há necessidade de colocar um sinal de trânsito a veículos com reboque de dois ou mais eixos, cujo reboque tenha peso total ou superior a 5 toneladas (C3o), bem como, um painel adicional modelo 10,

com os dizeres “EXCETO CARGAS E DESCARGAS”, principalmente para veículos de recolha de resíduos.-----

-----Sendo da competência da entidade gestora da via, a sinalização das vias públicas, ao abrigo do n.º 1, do art.º 6.º, do D.L. n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, deverá ser aprovada sinalização pelo executivo municipal. Para a aquisição dessa sinalização (C3o + Modelo 10 + prumo), foram solicitados três orçamentos. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação e aquisição de um sinal C3o, bem como, um painel adicional modelo 10, com os dizeres “EXCETO CARGAS E DESCARGAS” e prumo, à firma Bricantel, pelo valor total de 87,10€ + IVA, devendo os mesmos ficar devidamente registados e cadastrados.** -----

-----**3. SECÇÃO DE CONTABILIDADE**-----

-----**ASSUNTO: NOMEAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS/AUDITOR EXTERNO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, com o registo interno n.º 2514, datada de 12/9/2014, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, relativa à nomeação do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a nomeação da empresa “Fonseca, Paiva, Carvalho & Associados SROC, Lda”, para prestar serviços de Auditor Externo, no Município de Celorico da Beira, por um período de três anos.**-----

-----**3.1 ASSUNTO: APLICAÇÃO DA DERRAMA – 2015**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, com o registo interno n.º 2517, datada de 12/9/2014, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, referindo que de acordo com o artigo 18.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, (Lei das Finanças Locais), os Municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento sobre o IRC. Também e de acordo com o n.º 4, do mesmo artigo, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150 000€. Atualmente, o Município cobra a taxa máxima, de acordo com a alínea h), do n.º 1, do art.º 11.º, do Decreto-Lei n.º 38/2008, onde é referido que nos planos de reequilíbrio financeiro tem que estar previsto o lançamento da derrama pelo seu limite máximo de 1,5%. -----

-----Informa ainda, que o n.º 2, do art.º 6.º, da Lei 43/2012, que regulamenta a adesão do Município ao Programa de Apoio à Economia Local, também remete para o art.º 11.º, do Decreto-Lei n.º 38/2008, pelo que, deverá o Executivo propor à Assembleia o lançamento da taxa máxima da derrama a incidir sobre o lucro tributável das empresas em 2014, que será recebida em 2015. -----

-----**Nos termos da alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, a Câmara deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de lançamento de derrama de 1,5% para o ano de 2015.** -----

-----**3.2 ASSUNTO: TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – 2015**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, com o registo interno n.º 2518, datada de 12/9/2014, documento cuja cópia se anexa a

esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, dando conhecimento de que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem surgiu com o art.º 106.º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, tendo sido deliberado a sua implementação no ano de 2007. -----

-----Mais informa que, para que esta taxa seja cobrada no ano de 2015, é necessária deliberação da Câmara e Assembleia Municipal até ao fim do mês de dezembro para fixar a percentagem, não podendo esta ultrapassar os 0,25%, sendo que, a taxa atual praticada pelo Município é a máxima.-----

-----Face ao exposto, o Senhor Presidente propôs que seja implementada a taxa de 0,25%, no Município de Celorico da Beira, para o ano de 2015. -----

-----**Nos termos da alínea b), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, a Câmara deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do percentual de 0,25%, relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, para o ano de 2015.**-----

-----**3.3 ASSUNTO: TAXAS DE IMI – 2015**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, com o registo interno n.º 2522, datada de 12/9/2014, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, uma proposta, para a fixação da taxa do IMI, para o ano 2015, com os seguintes quocientes:-----

-----Prédios rústicos: 0,8% e Prédios urbanos: 0,5%.-----

-----Informa ainda, que as taxas atuais são de 0,8% para os prédios rústicos e 0,5% para os prédios urbanos, tendo sido revogada pelo Orçamento de Estado para 2014 a antiga taxa para “prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI”. No entanto, por força da adesão do Município ao Programa de Apoio à Economia Local, bem como, da

situação de desequilíbrio estrutural, deverá o Município aplicar as taxas máximas previstas na Lei para 2015.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, estabelecer uma taxa de 0,8% para prédios rústicos e de 0,5% para prédios urbanos, para o ano de 2015. Foi ainda deliberado, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta em referência, de acordo com o estipulado na alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9. -**-----

-----**3.4 ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA ASSINATURA DE ACORDOS DE TRANSAÇÃO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, com o registo interno n.º 2523, datada de 12/9/2014, referindo que no seguimento do solicitado pela empresa Águas do Zêzere & Côa, relativamente à autenticação da assinatura do Senhor Presidente da Câmara nos acordos de transação relativos aos processos judiciais n.ºs 244/13.5BECTB, 196/10.3BECTB, 415/11.9BECTB e 129/14.8BECTB, solicita que o executivo autorize o Senhor Presidente na qualidade de representante legal do Município da Câmara, a assinar os acordos de transação relativos aos processos atrás mencionados, bem como, a quaisquer outros acordos de pagamentos ou transações de processos judiciais que sejam eventualmente instaurados ao Município de Celorico da Beira.-----

-----Mais informa que estes acordos de transação visam a suspensão dos processos judiciais em curso e incluem planos de pagamento para liquidação de dívida, que deverão ser cumpridos pelo Município.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro, na qualidade de representante legal do Município, a assinar os acordos de transação relativos aos processos judiciais n.ºs 244/13.5BECTB,**

196/10.3BECTB, 415/11.9BECTB e 129/14.8BECTB, bem como, quaisquer outros acordos de pagamento ou transações de processos judiciais que sejam eventualmente instaurados ao Município de Celorico da Beira. -----

-----**3.5 ASSUNTO: 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2014** -----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, com registo interno n.º 2516, datada de 12/9/2014, cuja cópia se apensa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzida e que fica arquivada em pasta respeitante a esta reunião, submetendo ao Executivo para aprovação a 1.ª Revisão ao Orçamento de 2014. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos supramencionados e submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9.** -----

-----**4. SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA "BENEFICIAÇÃO DA EN17 - EM554 (MESQUITELA) "** -----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, com registo interno n.º 2521, datada de 12/9/2014, com o seguinte teor: -----

-----“Relativamente à empreitada “Beneficiação da EN17 – EM554 (Mesquitela)”, proponho que seja formalmente constituída a seguinte equipa para efetuar a fiscalização da obra, por forma a dar início à execução da referida empreitada: -----

-----Para cumprimento do n.º 2, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29/10, conjugado com o artigo 17.º, do mesmo diploma legal, o Coordenador de Segurança e Saúde em Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil; -----

-----Para cumprimento do artigo 15.º, da Lei n.º 31/2009, de 3/7, conjugado com o n.º 2, do artigo 344.º do Código dos Contratos Públicos, o Diretor de Fiscalização da Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil; - -----

-----Para efetuar trabalhos de medição e/ou orçamentos: o Sr. José Mário Caldeira Coutinho e o Sr. Rui Jorge Achando Gomes, Medidores-orçamentistas; -----

-----Para efetuar trabalhos de topografia: o Sr. José António da Cruz Tomás, Topógrafo.” -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a proposta apresentada na informação técnica, integrando a equipa de fiscalização da empreitada “Beneficiação da EN17 – EM554 (Mesquitela)”, os seguintes técnicos:** -----

-----**Coordenador de Segurança e Saúde em Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil;**-----

-----**Diretor de Fiscalização da Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil;** -----

-----**Trabalhos de medição e/ou orçamentos: José Mário Caldeira Coutinho e Rui Jorge Achando Gomes, Medidores-orçamentistas;**-----

-----**Trabalhos de topografia: José António da Cruz Tomás, Topógrafo.** -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai

ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria
Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----

